

Notícias do dia 14 de dezembro



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Ex-maestro da Filarmônica de Goiás critica fim de contratos

O maestro britânico Neil Thomson, que estava à frente da Orquestra Filarmônica de **Goiás** (OFG) desde 2014, utilizou o perfil pessoal do Instagram neste domingo (13) para criticar a suspensão de contratos dos músicos que aconteceu no final de setembro. No total, 49 músicos, além do próprio maestro foram exonerados e só devem ser recontratados em março de 2021. Por meio de um chamamento público para contratação de uma Organização da Sociedade Civil, o governo estadual escolherá um gestor para a orquestra que também será responsável pela Escola de Artes Basileu França.

Thomson ressaltou o aniversário de 40 anos da Filarmônica comemorado em 2020 e a forma como a música clássica foi democratizada no Estado nos últimos anos. "A Orquestra do Coração do Brasil: este foi o logotipo da nossa temporada de 40 anos. Como, todo mundo, entramos em 2020 com esperança. Mas desde o final de setembro de 50 músicos, 50 famílias estão sem salário, sem meios de subsistência. Agora existe um buraco no coração de **Goiás** e um buraco no coração da cultura brasileira", afirmou na publicação.

O maestro também citou o trabalho realizado à frente da OFG desde 2014 e o classificou como uma das partes centrais de sua vida. Também falou sobre a cultura gratuita que a orquestra sempre ofereceu e a democratização de uma arte que é sempre considerada "elitista". "A democratização da música clássica foi um princípio fundamental da orquestra desde o início da minha gestão. A música clássica é frequentemente caracterizada como elitista, mas minha opinião é que as coisas só são elitistas quando as pessoas não têm acesso a elas. Há sete anos o público aqui tem acesso aos mais extraordinários repertórios e artistas. Tudo de graça. Até outras orquestras de **Goiânia** cobram dinheiro pelos ingressos", pontuou.

Nos últimos anos o público goiano teve a oportunidade de desfrutar de um repertório que incluiu Mozart, Beethoven, Brahms, Bruckner, Mahler, Stravinsky e também estreias brasileiras de obras icônicas de Pierre Boulez, Luigi Nono, Elliott Carter e Olivier Messiaen. "Disseram-me que seria impossível, que o público nunca aceitaria isso! O que descobri é exatamente o oposto. O público goiano é o mais aberto e receptivo que já conheci! As pessoas estão famintas por novas experiências. Minha regra principal como diretor artístico era mostrar respeito pelo seu público e o público retribuiu minha confiança neles com amor e apoio inabaláveis à orquestra", acrescentou.

Por meio do Instagram, publicações com a hashtag #sosfilarmonicadegoias também estão sendo compartilhadas. "Primeiro foram os montadores, depois a equipe técnica, em seguida os músicos e finalmente o maestro. Desmontando silenciosamente!", diz uma das postagens. Em outra: "desde outubro sem salário e nenhum suporte durante a pandemia". Também, foi lançada pelas redes sociais a campanha "adote um músico" que ressalta a ausência de salário desde outubro e as necessidades financeiras enfrentadas pelas famílias dos artistas.

Contratos vencidos

No final de setembro, o presidente da **Goiás** Turismo, Fabrício Amaral, agência gestora do Centro Cultural Oscar Niemeyer, local onde a orquestra é gerenciada, afirmou ao O POPULAR que os contratos dos integrantes da orquestra eram temporários, estavam vencidos e o **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** indeferiu o pedido de prorrogação por infringir a Constituição Federal. "A contratação de uma entidade para gerir a orquestra garante segurança jurídica para o Estado e para os músicos. Até lá, vamos desenvolver projetos de gravação e divulgação da Filarmônica no Brasil e no exterior", afirmou Fabrício na ocasião. Havia também a promessa de que o maestro não seria exonerado.

Site: <https://www.opopular.com.br/?renderAsFlip=flip&date=20201214&caderno=OPOPULAR&edicaoAberta=false>

Em Goiás, uma orquestra agoniza

João Luiz Sampaio

Nos últimos oito anos, a Orquestra Filarmônica de Goiás conquistou um espaço importante na cena musical brasileira. Pelo repertório, pelos artistas que foi capaz de atrair, pelos projetos discográficos, pelo público que conquistou, tornou-se um dos pilares da vida sinfônica do país. E chega ao final de 2020 com toda a sua equipe sem contratos - incluindo os seus 50 músicos, desempregados desde o final de setembro.

O que houve com a orquestra é uma narrativa exemplar da falta de atenção à cultura. Mais do que isso: é um conto do absurdo, que permite a um governo afirmar que a orquestra é uma prioridade no mesmo momento em que ela não existe.

A orquestra passou por um processo de reestruturação em 2012. O maestro britânico Neil Thomson foi convidado a atuar como diretor artístico e regente titular. Novos músicos foram contratados. O repertório se ampliou. A orquestra iniciou o projeto de gravação das sinfonias de Claudio Santoro, um dos mais importantes da história recente do país. Atraiu milhares de pessoas em seus concertos. Todos gratuitos.

Do ponto de vista da gestão, porém, o grupo nunca funcionou como se esperava. O plano original é que se estabelecesse, por meio de contrato entre o governo estadual e uma entidade privada, um modelo de gestão por meio de organização sociais. Ele chegou a ser implementado em 2017, mas durou pouco mais de um ano.

Em 2018, o grupo voltou a ser gerido pelo estado. O que levou a um problema: a contratação dos músicos por meio de contratos temporários, o que não seria permitido por lei, segundo um parecer do início de 2019 do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**. O recurso valeria apenas para cargos de comissão, para funções de direção, chefia e assessoramento. Não era o caso dos músicos.

Em um passado não tão distante, orquestras como a Osesp ou mesmo os corpos estáveis do Teatro Municipal de São Paulo funcionavam (precariedade) desta forma. A diferença, nesses casos, foi a criação de modelos de gestão - por meio de OSs no caso da Osesp e por meio da criação de uma fundação, no caso do Municipal - que pudessem resolver o problema.

Em Goiás, porém, nada disso aconteceu. No lugar, a orquestra foi passeando pela estrutura do Estado, pertencendo à Secretaria de Educação, ao Centro Cultural Oscar Niemeyer e, em agosto deste ano, à Goiás Turismo. No meio tempo, o grupo foi perdendo funcionários, verbas e apresentações.

Em setembro, os músicos foram então comunicados de que, por conta do parecer do **Tribunal de Contas do Estado**, não teriam seus contratos renovados. Estavam, portanto, na rua. A orquestra acabou? O governador Ronaldo Caiado (DEM-GO) afirmou na época que o fim da orquestra era fake news. Mas como se chama uma orquestra que não tem músicos, verbas, maestro, equipe ou programação?

Na verdade, o governo afirmou sim que pretendia realizar uma reestruturação do grupo. Até novembro seria lançado o edital para chamamento de OSs interessadas na gestão, para que desta forma o problema estivesse resolvido no início de 2021 e os músicos fossem recontraçados o mais rápido possível. Enquanto isso, em dezembro e em janeiro, todos seriam chamados de volta e receberiam cachês para realizar novas gravações de CDs, uma forma de manter alguma remuneração.

Mas nada disso aconteceu.

Os músicos foram comunicados de que há impedimentos legais para a contratação dos artistas apenas para a gravação dos discos. E sobre o edital, o presidente da Goiás Turismo Fabrício Amaral disse na manhã desta segunda-feira, dia 14, em entrevista à TV Globo, que "é um processo com regras morosas mesmo". Ele demora. E a previsão é de que o edital seja lançado em até quinze dias. E a contratação aconteça em março do próximo ano. Para ele, resolver a questão "é uma prioridade".

As notícias levaram os músicos a publicar uma Carta Aberta. "Nada se cumpriu até o momento, desde a exoneração dos músicos. A OFG deixou de existir e se vê cada vez mais distante do seu retorno. A agonia de 50 músicos e suas famílias, em plena pandemia, acaba com o trabalho e a justificativa de 7 anos dedicados à execução de concertos de altíssimo nível, todos gratuitos, além da conquista da inserção de Goiás como um estado de referência na música de concerto brasileira, com uma orquestra de nível internacional", diz um trecho do documento. "É inegável também o papel de importância social da orquestra, consolidado através de temporadas que promoveram, além de concertos com solistas e convidados de renome mundial, atividades didáticas e educativas. O descaso com a Filarmônica é o descaso com a cultura, com a população e a interferência no processo de democratização da arte já tão fragilizada no país."

O maestro Neil Thomson também se pronunciou em texto publicado no Site CONCERTO. "A Orquestra Filarmônica de Goiás não pode, não deve parar. Somos uma parte vital da vida cultural goiana e brasileira. Os músicos têm se comportado com grande dignidade durante toda essa situação terrível, mas agora é hora de apoiá-los. A Orquestra do Coração do Brasil deve ter seu próprio coração restaurado: seus amados músicos", escreveu.

Fabrcio Amaral tem razão: a implementação de um novo modelo de gestão demora. Mas o problema é antigo e não teria levado ao fim da orquestra e à demissão de cinquenta músicos, durante a pandemia, impossibilitados de requisitar o Auxílio Emergencial. Da mesma forma, se em setembro foi anunciado o plano de gravação do CD como forma de ajudar os músicos, é de se supor que houvesse então uma forma de fazê-lo. Se ela deixou de existir ou nunca existiu não faz diferença: o descaso é o mesmo.

Enquanto construía uma carreira importante do ponto de vista artístico, a Filarmônica de Goiás foi sendo passada de mão em mão, sem jamais ser prioridade do governo. Dizer que ela é, agora que deixou de existir, é mais um absurdo em um país que não parece conhecer limites na luta contra a cultura.

Site: <https://cultura.estadao.com.br/blogs/joao-luiz-sampaio/em-goias-uma-orquestra-agoniza/>

Músicos da Filarmônica de Goiás serão recontratados em Março, diz governo

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação (Sedi), afirmou na manhã desta segunda-feira (14) que o processo de contratação da OSC - organização social que vai gerir a Filarmônica de **Goiás** - estará pronto até o final de dezembro. Com isso, músicos que tiveram contratos suspensos em setembro serão recontratados .

O anúncio se deu após depois que os musicistas da orquestra organizaram um protesto na Praça Cívica no último domingo (13). Eles se apresentaram gratuitamente para quem passava pelo local, enquanto exibiam cartazes com mensagens como "Não ao desmonte da cultura de **Goiás**".

(Foto: Reprodução TV Anhanguera)

Nas redes sociais, vários internautas compartilharam publicações com a hashtag #sosfilarmonicadegoias . "Primeiro foram os montadores, depois a equipe técnica, em seguida os músicos e finalmente o maestro. Desmontando silenciosamente!", diz um comentário. "Não à extinção da Filarmônica de **Goiás** . Patrimônio do Estado!", publicou outro no Twitter.

Na noite do último domingo (13) o ex-maestro da filarmônica, Neil Thomson , usou o Instagram para criticar a suspensão de contratos dos músicos . "Desde o final de setembro, 50 famílias estão sem salário, sem meios de subsistência", escreveu Thomson. "O público goiano é o mais aberto e receptivo que já conheci!", continuou o britânico .

"A democratização da música clássica foi um princípio fundamental da orquestra desde o início da minha gestão. A música clássica é frequentemente caracterizada como elitista , mas as coisas só são elitistas quando as pessoas não têm acesso a elas" publicou Neil.

"Somos a orquestra mais democrática do Brasil ! Sempre tivemos uma conexão com o público com nossos projetos educacionais. A orquestra não pode parar . Somos uma parte vital da vida cultural . Os músicos têm se comportado com grande dignidade ao longo dessa terrível situação, mas agora é a hora de apoiá-los. A Orquestra do Coração do Brasil deve ter seu próprio coração restaurado", concluiu o maestro.

Uma publicação compartilhada por Neil Thomson (@neilwthomson)

Em setembro, o presidente da **Goiás** Turismo , Fabrício Amaral, agência gestora do Centro Cultural Oscar Niemeyer , explicou que os contratos dos integrantes da orquestra eram temporários, estavam vencidos e o **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** indeferiu o pedido de prorrogação por infringir a Constituição Federal. "A contratação de uma entidade para gerir a orquestra garante segurança jurídica para o Estado e para os músicos", afirmou.

Em entrevista para o Bom Dia **Goiás** , da TV Anhanguera , na manhã desta segunda, Fabrício Amaral voltou a afirmar que os músicos serão recontratados em março de 2021 .

"O processo de contratação da OSC teve início em agosto, mas isso tem regras legais e morosas mesmo, infelizmente não se monta uma OSC em dois ou três meses. A gente está correndo, com certeza a orquestra não vai acabar ", explicou.

O presidente da **Goiás** Turismo disse que ainda nesta segunda irá se reunir com os músicos da filarmônica para ver "toda as possibilidades possíveis para ajudá-los".

Site: <https://www.emaisgoias.com.br/musicos-da-filarmonica-de-goias-serao-recontratados-em-marco-diz-governo/>

Chefes de Poderes acertam unificação de regimes de servidores públicos em Goiás

Samuel Straioto

Representantes dos três poderes, Tribunais de Contas, Ministério Público e Defensoria Pública acordaram a unificação do Estatuto dos Servidores Públicos. Em entrevista à Sagra s, o presidente da **Assembleia Legislativa de Goiás**, Lissauer Vieira (PSB) disse que a adoção de um mesmo regime será por tempo determinado, para que o Estado consiga ingressar no Regime de Recuperação Fiscal.

"Já fizemos uma reunião por videoconferência no dia de ontem com o governador e com os chefes de poder, Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública, além dos Tribunais de Contas. Discutimos essa pauta e já tem um documento assinado por todos esses poderes em que concordam com a alteração do estatuto do servidor desde que seja provisório", destacou Lissauer.

O presidente da **Alego** disse que a questão é preocupante, daí a necessidade de uma adequação de forma provisória.

"Enquanto o estado passa pela recessão fiscal, passa por uma prorrogação das dívida com a União, não é justo com a União que haja um regime de servidores e o Estado de Goiás e o Executivo tenha separadamente regimes. O regime será único nesse período de crise que o Estado está passando. Temos uma liminar vencendo em 31 de dezembro. Dia 1º cairia se nós não nos adequarmos a isso, é uma exigência da STN e também do ministro Gilmar Mendes e cairia nos cofres do Estado um débito de R\$ 3 bilhões e 300 milhões. Isso inviabilizaria o governo do estado, sendo que nem poderia pagar a folha de pagamento. Vamos fazer uma adequação provisória até que o Estado saia da crise, do problema econômico e poderemos ajudar o Estado de Goiás", afirmou.

As novas regras do Estatuto do Servidor Público de Goiás passaram a valer em julho. As mudanças foram aprovadas no fim de 2019, após um longo debate na Assembleia Legislativa, e altera dispositivos para **concessão** de auxílios, flexibilizam carga horária e dão fim à licença-prêmio. Segundo o governo, as medidas vão gerar uma economia de até R\$ 1,7 bilhão aos cofres públicos até 2025.

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado chegou a questionar no Supremo Tribunal Federal o novo estatuto dos servidores públicos civis do estado. O governador afirma que a inclusão pelo Legislativo de regra que ressalva a aplicação do estatuto a algumas carreiras fere os princípios constitucionais do regime jurídico único e da isonomia.

A época foi questionada a emenda parlamentar aditiva em que inseriu o parágrafo único ao artigo 1º da Lei estadual 20.756/2020 para excluir a aplicação do novo estatuto aos integrantes das carreiras do Ministério Público, do Tribunal de Justiça, do **Tribunal de Contas do Estado** e dos Municípios e da Assembleia Legislativa. O dispositivo foi vetado pelo governador, mas o veto foi derrubado.

Lissauer Vieira ainda disse que haverá autoconvocação na Assembleia Legislativa no restante da semana, e ainda no mês de janeiro. Nesta semana seria para encerrar a pauta do ano, e em janeiro para votar adequações na Lei Orçamentária Anual (LOA).

"Essa semana teremos sessões nos horários regimentais e encerraremos a pauta de 2020 no dia 18, sexta-feira. Mas já temos programada uma autoconvocação para o dia 15 de janeiro para distribuir a LOA, receber as emendas parlamentares, as emendas da lei orçamentária anual e até 21 de janeiro podendo votar a lei orçamentária. A secretaria de Economia nos encaminhou a Lei Orçamentária Anual, mas houve um modificação na previsão de arrecadação para o ano que vem. Tendo essa modificação, nós já estamos trabalhando para receber no início do ano a alteração e já poderemos votar a LOA no começo de 2021", explicou.

Site: <https://sagresonline.com.br/chefes-de-poderes-acertam-unificacao-de-regimes-de-servidores-publicos-em-goias/>
